

Universidade Estadual do Norte do Paraná

Repositório Institucional UENP

<https://repositorio.uenp.edu.br>

Programa de Pós-Graduação em Educação

Produtos educacionais

2024-04-03

# Panorama da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um guia para professores e professoras da EJA

Meotti, Sabrina da Silva Valle

Universidade Estadual do Norte do Paraná

<https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/320>

*Baixado de Repositório Institucional UENP*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO BÁSICA**

**SABRINA DA SILVA VALLE MEOTTI  
FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER**

**PANORAMA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS NO BRASIL: UM GUIA PARA PROFESSORES E  
PROFESSORAS DA EJA**

**JACAREZINHO  
2024**

**SABRINA DA SILVA VALLE MEOTTI  
FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER**

**PANORAMA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO  
BRASIL: UM GUIA PARA PROFESSORES E PROFESSORAS DA EJA**

Produto Educacional apresentado por Sabrina da Silva Valle Meotti ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná como parte da Dissertação e requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Básica.

Área de Concentração: Educação Básica: Gestão e Planejamento.

Orientador(a): Prof. Dr.: Flávio Massami Martins Ruckstadter

JACAREZINHO  
2024



## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Quadro de referências para aprofundamento teórico docente.....34

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	7
<b>2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL</b> .....	9
2.1 DA COLÔNIA À REPÚBLICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	10
2.2 A DÉCADA DE 1940 E A ERA DAS CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	17
2.3 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS .....	21
2.4 TEMPOS DEMOCRÁTICOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	24
<b>3 O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS “PROFESSOR FRANCISCO BENEDETTI” NO ESTADO DO PARANÁ</b> .....	28
<b>4 QUADRO DE REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO TEÓRICO DOCENTE</b> .....	34
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## 1 APRESENTAÇÃO

Este Produto Educacional foi elaborado alicerçado na pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Básica “A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ‘CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS PROFESSOR FRANCISCO BENEDETTI’”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, resultando em um guia para professores e professoras da EJA.

A pesquisa teve como motivação a experiência de Sabrina, por quase uma década, vivenciando a educação de jovens e adultos no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos “Professor Francisco Benedetti”, no estado do Paraná. Nesta instituição, ela exerceu a docência, como professora de História, e ocupou o cargo de diretora, e, a partir desta prática profissional, desenvolveu uma percepção de que a formação continuada oferecida pela Secretaria Estadual de Educação aos professores não atendia de modo satisfatório às especificidades da modalidade de ensino em questão.

Assim, ao ingressar no curso de Mestrado Profissional em Educação Básica, sob orientação do professor Flávio, Sabrina conseguiu transformar suas percepções iniciais em um conhecimento teórico sólido e organizado por meio do aprofundamento nas leituras da pesquisa e das discussões realizadas nas disciplinas e encontros do Grupo de Pesquisa HISTEDNOPR (Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – GT Norte Pioneiro do Paraná).

Isso redimensionou nosso entendimento a respeito da educação e foi primordial para a aproximação do contexto histórico da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sobre este aspecto, a atualidade da pesquisa histórica é explicada por Saviani (2007) quando o autor aponta o motivo de ter empreendido a investigação sobre a história das ideias pedagógicas:

Como toda pesquisa, a investigação histórica não é desinteressada. Consequentemente, o que provoca o impulso investigativo é a necessidade de responder a alguma questão que nos interpela na realidade presente. [...] Trata-se da própria consciência da historicidade humana, isto é, a percepção de que o

presente se enraíza no passado e se projeta no futuro. Portanto, eu não posso compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese (Saviani, 2007, p. 5).

No percurso da investigação, evidenciamos, na análise dos dados coletados, que existe uma necessidade de formação direcionada e intencional aos professores da EJA; de modo mais particular, sobre o próprio tema da História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, muito pouco conhecida pelo público que participou da pesquisa. Assim, no presente Produto Educacional buscamos colaborar com a realidade dos docentes da escola mencionada.

O produto educacional consiste em um material que pode ser utilizado pelo professor de jovens e adultos para sua própria inserção no contexto histórico da EJA. Acreditamos que isso pode favorecer o processo de constituição da identidade deste docente com seu ambiente profissional. O texto apresenta discussões sobre a história da EJA em nosso país e também no estado do Paraná, além de trazer um breve histórico da escola onde a pesquisa se desenvolveu.

Por fim, o guia traz um Quadro de Referências elaborado para aprofundamento teórico do docente. Procuramos trazer indicações de autores e textos que tratam do histórico da educação de jovens e adultos no Brasil e que foram muito importantes no processo da pesquisa.

Esperamos que o material apresentado possa contribuir com a formação de professores cada vez mais comprometidos com a superação dos desafios da educação básica em nosso país. De modo particular, nosso desejo é que este trabalho possa motivar ainda mais nossos colegas que atuam na EJA na busca de uma educação progressivamente democrática e de qualidade para todos, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade adequada. Boa leitura!

Os autores.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Flávio Massami Martins Ruckstadter**



Atualmente é professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd/UENP). Professor na licenciatura no curso de História, no Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE), na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho.

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2012), possui mestrado em Educação (2006) e graduação em História pela mesma universidade (2002). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2017).

Atua em cursos de formação inicial e continuada de professores com Fundamentos da Educação. Foi professor da Educação Básica, atuando no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas redes pública e privada, na disciplina de História. É líder do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil: GT HISTEDBR Norte Pioneiro do Paraná” (HISTEDNOPR).

Desenvolve pesquisas na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: História da Educação e Políticas Educacionais, História da Escolarização e História das Instituições Escolares no Norte Pioneiro do Paraná.

### **Sabrina da Silva Valle Meotti**



É professora e pertence ao Quadro Próprio do Magistério da Educação Básica pela Secretaria do Estado da Educação do Paraná (SEED), nas disciplinas de História (2009) e Educação Especial (2012). Atuou na Rede Privada (2004-2008).

Atualmente é diretora do Colégio Estadual Professor Francisco Benedetti – Educação em Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos, no município de Joaquim Távora/PR.

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd/UENP), área de concentração Educação Básica, Linha de Pesquisa Educação Básica: Gestão e Planejamento. É discente no Programa Desenvolvimento Educacional – PDE - SEED (2023).

Graduada em História (2004) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho – Paraná, Graduada em Pedagogia pela UNAR – Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2022). Especialista em Gestão Escolar com Ênfase em Administração Escolar (Faculdade São Braz, 2016) e em Educação Especial (Faculdade Padre João Bagozzi, 2005).

## 2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Apresentamos nesta seção o histórico da Educação de Jovens e Adultos, no contexto da História da Educação Brasileira, e as ações implementadas em nosso país, ao longo dos séculos, à medida que os indicadores de escolarização da população jovem e adulta foi deixada de lado. Essa análise é confrontada com as ações implementadas pelos governantes em cada período, bem como o direcionamento dado à formação docente dos professores da educação de jovens e adultos, como também o olhar sobre os analfabetos.

Nesse âmbito histórico, a visão dada ao analfabeto traz reflexões que serão desenvolvidas ao longo deste capítulo e podem ser vistas em Soares e Galvão (2005, p. 257):

Ignorante, incapaz, cego, dependente, portador de uma doença grave, que precisa ser extirpada. Criança que precisa de ajuda de alguém para tirá-la das trevas. Alguém que precisa de carta de alforria, porque vive em uma espécie de escravidão. Quantas vezes não nos deparamos, hoje, no nosso cotidiano - na mídia, nos programas oficiais, no discurso político, nas conversas banais, na prática pedagógica -, com esse tipo de representação sobre o analfabeto? Quantas vezes não associamos, direta e mecanicamente, a alfabetização aos progressos pessoal e social?

Historicamente sabemos que a educação brasileira e o desenvolvimento das ações educativas foram destinados a uma pequena parcela da população. O problema da baixa escolaridade está nas raízes da constituição do Brasil e é marcada pelo privilégio de algumas classes sociais em detrimento das outras.

Neste sentido, conhecer o histórico da Educação de Jovens e Adultos e compreender os processos de formação docente constitui-se como base necessária para a realização deste trabalho. Iniciamos com o período colonial, por entendermos que a educação jesuítica é o início da Educação de Adultos no Brasil; e percorremos o desenvolvimento histórico até a década de 1940. A fase compreendida a partir de 1940 mereceu destaque por ter sido rica nas experiências fundamentais da Educação Popular e na Era das Campanhas Nacionais. Em seguida, tratamos do período de silenciamento desses movimentos e da criação do

Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL pelos governos militares. Superando essa fase, adentramos os tempos democráticos, marcados por novas propostas para a educação de jovens e adultos, a nova Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases.

Em relação às pesquisas sobre a educação de jovens e adultos, bem como a alfabetização de adultos no Brasil, “[...] são poucos e ainda incipientes os estudos que tomam como objeto a história da alfabetização de jovens e adultos no país.” (Soares; Galvão, 2005, p. 258).

Nesse cenário, contribui para nosso trabalho e reafirma os direcionamentos de nossa investigação:

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil não é tema frequente nos livros de história da educação. Eventos científicos dedicados ao debate e à circulação de conhecimentos sobre a EJA também não costumam eleger a história da educação como eixo temático. Ao que parece, tal invisibilidade guarda relações com a pouca atenção dada à história da EJA no âmbito da produção acadêmica (Xavier, 2019, p. 2).

No que se refere aos processos de organização e formação das pessoas jovens e adultas no Brasil, e os espaços que se constituíam como escola, estendeu-se por vários domínios da vida social. Muitos dos processos de aquisição de conhecimento ocorreram por práticas formais ou informais, fora dos ambientes escolares, “realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio sociocultural e lazer, nas instituições religiosas” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 108). Para iniciar, apresentaremos uma breve narrativa dos percursos traçados pela modalidade no Brasil.

## 2.1 DA COLÔNIA À REPÚBLICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Podemos afirmar que as primeiras ações educativas institucionalizadas estão ligadas à chegada dos portugueses no Brasil. Durante a colonização, os jesuítas que chegaram em 1549 foram os principais agentes educativos. As

crianças foram a base dessa ação educativa, pois através do trabalho realizado formariam uma nova geração “católica” e multiplicadora junto aos adultos com os quais conviviam. Embora essa ação fosse voltada às crianças, os indígenas adultos foram arrebanhados pelos missionários católicos, que, com o objetivo de “difundir o evangelho, [...] transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 108).

Posterior à educação das crianças e indígenas, os jesuítas catequizaram e instruíram escravizados, porém “pouco se sabe sobre as práticas desenvolvidas junto a esses sujeitos” (Soares; Galvão, 2005, p. 259). Em relação às mulheres, poucas sabiam ler e escrever ao final do período colonial.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 e com a desorganização do sistema de ensino por eles realizado, a educação entra em colapso e sua organização fica sob a responsabilidade do Império Português. Após a expulsão dos jesuítas, não houve experiências sistemáticas e significativas em relação à alfabetização de adultos no período.

A educação brasileira nesse momento passa a ser privilégio das classes dominantes e é marcada pelo atendimento à elite, que limitava a educação às classes abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica) eram destinadas “aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas” (Strelhow, 2010, p. 51).

No âmbito da esfera legal, com a primeira Constituição Brasileira, de 1824, passa-se a garantir a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”; logo, a expressão “para todos” na educação de adultos é contemplada. Concebida sob forte influência europeia e inspiração iluminista, esse direito nasceu como norma constitucional e se manifestou sob as outras Constituições brasileiras que viriam, não passando, porém, do campo da intenção.

O processo de implantação de escolas para todos aconteceu de forma lenta ao longo de nossa história. Durante o período imperial, vivia-se o processo de institucionalização da Escola no Brasil. No decorrer desse período, muitas foram as discussões nas assembleias das províncias sobre como se daria a inserção das denominadas “camadas inferiores da sociedade” (Soares; Galvão, 2005, p. 260) nos processos formais de instrução.

O Ato Adicional de 1834 repassa às províncias a responsabilidade pela educação primária e, desse modo, o governo central se exime da responsabilidade pela educação da maioria da população. As províncias tornam-se responsáveis pela instrução primária e secundária da população, ou seja, pela instrução da maior parcela da população, elaborando, dessa forma, políticas de instrução de jovens e adultos.

Assim, fica evidente que o governo imperial se responsabilizou somente quanto à educação das elites, ficando as “camadas inferiores da sociedade” a cargo das províncias, “delegando à instância administrativa com menores recursos o papel de educar a maioria mais carente” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 109). O pouco que foi realizado no ensino de jovens e adultos ocorreu devido aos esforços das províncias, o mesmo que aconteceu na educação de crianças e adolescentes.

A instrução de adultos aparece nos documentos da Instrução Pública desse período com as aulas do período noturno ou aulas para adultos existentes em diversas províncias. Como exemplo, em 1885, na província de Pernambuco, o Regimento Interno da Instrução Primária mostrava que essas escolas deveriam receber alunos maiores de 15 anos. O ensino seria organizado em duas sessões: para os que já tinham alguma instrução e para aqueles que não tinham instrução alguma. O regimento também previa que as aulas para adultos aconteceriam com autorização do presidente da província, funcionando em casas e com móveis da escola diurna.

Contribui para a presente pesquisa o olhar sobre a formação requerida aos professores no período citado. Nesse sentido, as aulas para adultos poderiam ser estabelecidas por docentes que se propusessem a realizá-las gratuitamente. O ensino para adultos assume uma característica de filantropia e missão, visto que os professores que ensinavam durante o dia não receberiam salário ou gratificação para lecionar no período noturno.

Além do caráter filantrópico e missionário, o letramento dessa população era considerado um ato de caridade e de ordem, pois traria civilidade às pessoas consideradas perigosas e degeneradas.

Parece se inserir, assim, em uma ampla rede de filantropia que se teceu no século XIX brasileiro, como forma das elites contribuírem para a “regeneração” do povo. O ensino para adultos tinha como

uma de suas finalidades a “civilização” das camadas populares consideradas, principalmente urbanas, no século XIX, como perigosas e degeneradas. Através da educação, considerada a luz que levaria ao progresso das almas, poderiam ser inserir ordeiramente na sociedade (Soares; Galvão, 2005, p. 260).

O caráter missionário e caridoso manteve-se presente na educação de jovens e adultos quando observamos a organização de algumas províncias na alfabetização de adultos na segunda metade do século XIX. As experiências de alfabetização não são organizadas apenas nos espaços formais; a instrução é organizada nos espaços informais, a exemplo das experiências domésticas. No caso dos adultos essas experiências de alfabetização são ainda maiores.

Nesse aspecto, a exemplo de espaços informais, na segunda metade do século XIX temos a organização de associações de intelectuais, que passam a lecionar aulas para grupos de adultos: “ministravam cursos noturnos para adultos como uma forma de ‘regenerar’ a massa de pobres brancos, negros livres, libertos e até mesmo, em alguns casos escravos” (Soares; Galvão, 2005, p. 260). O letramento por parte destes intelectuais para essas pessoas era visto como uma forma de regenerar e iluminar para o progresso da sociedade. Desse modo, “era preciso ‘iluminar’ as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (Soares; Galvão, 2005, p. 260). A alfabetização de adultos deixa de ser um direito e passa a ser um ato de solidariedade e caridade.

Até o final do Império, com uma sociedade agrária, escravocrata e dependente, não existia a necessidade da educação escolar. Nesse momento não se colocava em dúvida a capacidade do analfabeto, visto que era a condição da maioria da população, inclusive das elites rurais. Às vésperas da República os discursos em relação à pessoa analfabeta, “identificando o analfabeto à dependência e incompetência. Esses discursos passam a justificar a proibição do voto do analfabeto” (Soares; Galvão, 2005, p. 262). Visão contrária ao que ocorria até o final do Império, onde não se colocava em dúvida a capacidade do analfabeto, tendo em vista que era a situação da maioria da população, inclusive das elites rurais.

Como exemplo, em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente:

A Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, já preconizava, tendo em vista a discussão em torno da lei Saraiva, a necessidade de promover a criação de cursos elementares noturnos, pois o autor acreditava que a restrição ao voto do analfabeto contribuiria para o desenvolvimento da educação. Rui Barbosa, em seu conhecido parecer de 1882, tinha opinião semelhante. Os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios (Soares; Galvão, 2005, p. 262).

A Lei Saraiva, de 1881, que determinava eleições diretas, foi a primeira a restringir a participação política por meio do voto atrelada à renda e aos analfabetos. Até este momento as restrições ao direito ao voto eram de natureza econômica e social, e não de instrução. Os discursos que se acentuam na Primeira República identificam o analfabeto com a dependência e incompetência e justificam a proibição do voto ao analfabeto.

Com o advento da República e a Constituição de 1891, a Primeira Constituição Republicana, novamente é delegada aos Estados e Municípios a responsabilidade pela educação primária. A União incumbe-se do ensino secundário e superior e se exime da responsabilidade do ensino das amplas camadas da população.

Assim, fica garantida à União a responsabilidade de formar as elites do nosso país, enquanto a educação das amplas camadas sociais e marginalizadas da população fica a cargo das fragilidades financeiras das Províncias, dependentes das oligarquias regionais, que as controlavam politicamente.

Em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada, “o censo de 1890 mostrava que mais de 80% da população brasileira era analfabeta” (Soares; Galvão, 2005, p. 262), a nova Constituição republicana restringe o voto às pessoas letradas e com posses. Portanto, proíbe o voto do analfabeto e elimina a seleção de eleitores por renda. Passa-se então, através da lei, a garantir a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta.

As primeiras décadas do século XX passaram a ser marcadas por grande mobilização social, que pretendia combater o analfabetismo, em diversas esferas da sociedade. Com autonomia para implementar os sistemas de ensino, vários estados, ao lado de associações organizadas por intelectuais, muitos dos quais pertencentes ao movimento dos renovadores da educação, tomaram a iniciativa para a alfabetização da população.

Nesse movimento, de acordo com Strelhow (2010, p. 52), “houve uma grande mobilização social que pretendia exterminar o mal do analfabetismo”. Desse modo, em 1915, no Rio de Janeiro, foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que empreendia lutas contra a ignorância para estabilizar as instituições republicanas.

Nessa corrente, dentro da Associação Brasileira de Educação, aconteciam debates acalorados sobre como disseminar a educação por todo o país. A ignorância era apontada nos discursos como uma “calamidade pública” e o analfabetismo comparado a uma “praga” que deveria ser exterminada.

A constituição da sessão ‘Educação de Adultos’ na Associação Brasileira de Educação (ABE) e a presença do tema nas Conferências Nacionais de Educação bem como a atuação de associações de classe de professores de adultos evidenciavam uma compreensão do problema de modo distinto da educação mais geral (Xavier, 2019, p. 10).

Para esses intelectuais as elites esclarecidas deveriam desempenhar um papel para regenerar a nação, e ao cidadão fica o dever de educar-se.

A partir de 1920, um grupo de educadores profissionais começou a criar as condições necessárias para a ampliação do número de escolas e melhoria de sua qualidade, efetuando reformas em diversos Estados do país. Mais que simples reformas, essas iniciativas consistiam na construção de um sistema educacional inexistente (Vieira, 2004, p. 13).

Mesmo diante dessas tentativas de organização não houve propostas legais que trouxessem resultados eficazes. O censo realizado em 1920, após os 30 anos do estabelecimento da República no país, aponta que “72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 110). Dentro dessas organizações de intelectuais havia uma preocupação de que esta alfabetização não viesse acompanhada de uma formação moral, e que esta alfabetização generalizada se transformasse em anarquia social.

Nesse período o analfabeto, agora identificado ao “povo”, continuou a ser visto como improdutivo, degenerado, viciado, servil e incapaz, necessitando da ajuda das elites intelectuais para sair da situação doentia em que se encontrava. Ao mesmo tempo, a alfabetização

em massa era referida em parte dos discursos como potencialmente perigosa, uma arma sobre a qual não se teria controle. Por isso a necessidade, ao lado de alfabetizar, fornecer uma formação moral, que transformasse o analfabeto em alguém produtivo, livre de vícios (Soares; Galvão, 2005, p. 264).

Até esse período a preocupação com a educação era interpretada como o ensino primário das crianças pertencentes às camadas populares. O movimento dos educadores e da população em favor da criação das escolas e da organização do ensino, na década de 1920, tornou o cenário favorável à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. As elites brasileiras se adiantaram ao estabelecerem constitucionalmente o direito à educação a todos, sem terem condições favoráveis à sua implementação. Os renovadores da educação passaram a exigir do Estado que este se responsabilizasse pela oferta desse serviço.

Não havia preocupação com a educação de jovens e adultos ou políticas educacionais específicas, isso só ocorreu em meados da década de 1940. Porém, nos anos de 1930 ocorreram algumas experiências com a alfabetização de adultos. Destaca-se a experiência do ensino supletivo, desenvolvido por Paschoal Lemme durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal.

O trabalho realizado por Lemme era organizado conforme os interesses dos alunos; funcionava em horário noturno e sem limite de idade. Não havia formalidades para a matrícula e a duração do curso variava de acordo com as condições dos alunos. Foi desenvolvido para atender as camadas populares, conjugando cursos elementares e cursos de aperfeiçoamento, instalados próximos ao trabalho, associações ou residências.

Foi de extrema importância não somente devido às características de sua organização, que diferenciavam dos moldes tradicionais dos cursos noturnos, mas sobretudo por explicitar o caráter político e ideológico dos programas de educação de adultos (Vieira, 2004, p. 13).

Entretanto, essa experiência foi encerrada em 1935, após o levante comunista, onde Paschoal Lemme acabou sendo preso<sup>1</sup>. Após 1930, com Getúlio Vargas no poder, a Nação passou a ser reafirmada, com a presença de um Estado centralizador, manifestado na Constituição de 1934.

A nova Constituição propôs o Plano Nacional de Educação, incluindo normas para o ensino primário gratuito e, pela primeira vez, explicitou a educação de adultos como dever do Estado. A educação de adultos passou a se firmar como questão nacional, diferentemente das ações da década de 1920. Segundo Cristiane Xavier (2019, p. 10), “a partir da Constituição de 1934, a educação de adultos não mais se confundia com a educação destinada aos indivíduos em ‘idade escolar’”.

Nesse espaço, destacam-se as iniciativas que envolvem a educação de adultos no período: a partir da criação, em 1938, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e, por meio de estudos e pesquisas, foi constituído, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário. Com os recursos do Fundo, foi desenvolvido um programa de ampliação da educação primária incluindo o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 esse Fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem empregados na educação de adolescentes e adultos.

Pela primeira vez a educação de adultos passou a ser reconhecida e recebeu tratamento específico. Segundo Strelhow (2010), foi a partir da década de 1940, e com grande força na década de 1950, que a educação de jovens e adultos passou a integrar a lista de prioridades educacionais do país.

## 2.2 A DÉCADA DE 1940 E A ERA DAS CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A partir da Lei Orgânica do Ensino Primário, que previa o ensino supletivo, tem-se, em 1947, a instalação do Serviço de Educação de Adultos – SEA, desde

---

<sup>1</sup> A experiência de Lemme foi encerrada após o Levante Comunista de 1935, quando Anísio Teixeira deixou o cargo e Paschoal Lemme assumiu a Superintendência de Educação de Adultos do Distrito Federal foi preso, sob a acusação de ministrar cursos de orientação marxista para operários da União Trabalhista.

1940, um serviço vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde, que tinha como finalidade a coordenação do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, entre outra série de atividades desenvolvidas, como a produção e distribuição de material didático.

Com a criação do órgão aludido, temos a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, cujo movimento foi estendido até o fim da década de 1950 e criou, aproximadamente, 10 mil classes de ensino supletivo distribuídas por todo o país.

Com o lançamento da Campanha, o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo e a volta da democracia no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos ganha impulso das iniciativas oficiais. No âmbito internacional, crescem as discussões em favor da educação de jovens e adultos e a pressão internacional para erradicação do analfabetismo nas consideradas “nações atrasadas”.

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, ampliou-se a preocupação internacional, através das recém-criadas ONU (Organização das Nações Unidas) e UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), com a educação, em particular com a Educação de Adultos. ONU e UNESCO emitiram alertas sobre as desigualdades entre os países e relataram o papel que a educação teria que desempenhar no desenvolvimento dos países.

Os altos índices de analfabetismo - que chegavam a mais da metade da população com 15 anos ou mais (56%), o restabelecimento de eleições diretas e pressão internacional, podem ser vistos como alguns dos fatores que contribuíram para a realização da Campanha (Soares; Galvão, 2005, p. 266).

Além das recomendações dos organismos internacionais e dos altos índices de analfabetismo, no momento histórico do país, que vinculava o voto a pessoas alfabetizadas, na retomada da democratização, era plausível que, diante da lei, o brasileiro pudesse exercer o direito ao voto.

Atrelado a isso, contribui para a campanha da educação em massa o fato de a pessoa analfabeta ser vista de maneira preconceituosa, considerada ignorante, incapaz, “chegando-se a atribuir a causa da ignorância a pobreza, da falta de higiene e da escassa produtividade a sua existência” (Soares, 1996, p. 30) e, ainda,

“o analfabeto continuava a ser considerado como incapaz e marginal e era, ele próprio, comparado a uma criança.” (Soares; Galvão, 2005, p. 264).

Desse modo, adultos deveriam ser alfabetizados como crianças, pois não estavam aptos a compreender. Em uma publicação destinada aos professores adultos, o Guia do Alfabetizador, Lourenço Filho, um dos mentores da Campanha, assim expressou, segundo Soares e Galvão (2005, p. 267): “É mais fácil, mais simples e mais rápido ensinar a adultos do que a crianças”.

Considerando adultos como crianças, vincula-se a ideia de que alfabetizar adultos era mais fácil, pois assim qualquer pessoa poderia exercer a função de forma voluntária. Novamente, notamos que, historicamente, há uma despreocupação por parte da União com a formação do docente para a educação de jovens e adultos.

Se qualquer pessoa podia desempenhar essa função, não seria necessário formar e qualificar um profissional específico para tal. Se a função não requeria qualificação profissional, logo não seria necessária uma remuneração condizente com um docente preparado. Não foi por acaso que a campanha procurou recrutar um grande contingente de “voluntariado” (Soares, 1996, p. 30).

A Campanha fazia apelos ao voluntariado para educação do povo; neste cenário, os aspectos missionário e assistencialista permanecem vinculados à educação de adultos. Assim sendo, foi tamanho o apelo à figura do voluntariado que elaboraram dois documentos a respeito, como apontam Soares e Galvão (2005, p. 267): “Relação com o público e o voluntariado (Campanha, 1948) e Manual do Professor Voluntário - Ilustrações para o Ensino e Leitura e Linguagem Escrita (Campanha, 1960)”.

O Ministério da Educação convocou, em 1958, o Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, pois as campanhas de alfabetização não apresentaram resultados satisfatórios. As delegações presentes no Segundo Congresso expuseram apontamentos trazendo duras críticas às campanhas, entre elas estavam as precárias condições de funcionamento, baixa frequência dos alunos, má remuneração de professores, material didático inadequado, entre outras. Os documentos oficiais evidenciavam o desinteresse com a alfabetização de adultos e com a formação profissional docente, à medida que, em relação aos

vencimentos dos professores, demonstravam que estes “não atraíram os professores mais indicados ou mais dedicados e sim os mais necessitados” (Soares, 1996, p. 31).

A delegação de Pernambuco, liderada por Paulo Freire, foi além das críticas, apontando necessidades no trabalho educativo, como “maior comunicação entre educador e educando, e a necessidade de adequação de conteúdos e métodos de ensino às características socioculturais das classes populares” (Soares, 1996, p. 31). Levantou ainda a questão de o material didático não poder ser o mesmo que o utilizado pelas crianças, e que o ato de educar “deveria ser feito ‘com’ o homem e não ‘para’ o homem” (Soares; Galvão, 2005, p. 268).

Nesse sentido, Freire chama a atenção para o desenvolvimento pedagógico do homem, contextualizado com as necessidades das pessoas educadas. Assim, as pessoas analfabetas deixariam de ser vistas como ignorantes, imaturas e incapazes. Além disso, “o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: as condições de miséria em que vivia o não alfabetizado deveriam ser problematizadas.” (Soares; Galvão, 2005, p. 268).

Nos anos de 1950, outras campanhas foram criadas, como a Campanha Nacional da Educação Rural, de 1950, criada para atender as especificidades do meio rural, onde estava o maior número de analfabetos do país; e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, de 1958, em resposta ao Segundo Congresso Nacional de Educadores, com a proposta de criar projetos-polo com atividades ligadas à realidade de cada município e que servisse de modelo para se expandir para o país. Porém, ambas tiveram curta duração e pouco realizaram.

Ambas foram extintas em 1963 e o Ministério da Educação e Cultura encarregou Paulo Freire da elaboração do Plano Nacional de Alfabetização. O final dos anos 1950 e início dos anos 1960 são marcados pela mobilização da sociedade civil em torno da educação de jovens e adultos:

MEB - Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o MCP - Movimento de Cultura Popular, ligado à Prefeitura do Recife; os CPCs - Centros Populares de Cultura, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE); o Ceplar - Campanha de Educação Popular, da Paraíba; o De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Prefeitura de Natal (Soares; Galvão, 2005, p. 268).

Esses movimentos surgiram da sociedade civil buscando alterar a situação socioeconômica e política do país. A educação de adultos é vista como instrumento de ação política, pois mais de 50% da população brasileira era excluída da política nacional, por ser analfabeta. O analfabetismo era visto como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária. Assim, a alfabetização dos adultos deveria contribuir para a transformação social.

Esses movimentos iniciados pela sociedade civil, como outros que tinham como base a transformação social, foram interrompidos em 1964, com o Golpe Militar.

### 2.3 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Com o Golpe Militar de 1964, as práticas de alfabetização desenvolvidas pelos movimentos de educação e cultura popular que vinculavam princípios de “conscientização” e “participação” da população passam a ter “restringido o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever” (Soares, 1996, p. 32).

Rompendo com o trabalho que era desenvolvido anteriormente, o governo militar encerrou todos os programas de educação de adultos, cujas ações contrariavam os interesses políticos do Golpe Militar. Em 1965, imediatamente após o Golpe, o governo militar criou um programa de caráter nacional com o objetivo de ocupar os movimentos de cultura popular que haviam sido encerrados.

Com o golpe civil-militar de 1964, os movimentos de educação e cultura popular de base libertadora (ou conscientizadora) foram reprimidos. A partir de 1970, a educação de adultos passou a ser realizada numa perspectiva de suplência da educação formal na qual a maior expressão foi o MOBREAL (Xavier, 2019, p. 6).

A Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC)<sup>2</sup> assume essa função substitutiva, dirigida por evangélicos norte-americanos, atendendo aos interesses do novo regime. A partir de 1968 uma série de críticas é apontada ao programa, que foi extinto nos anos de 1970 e 1971.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como Fundação MOBRAL, criado em 1967 pelo Governo Militar, surge em resposta às intensas mobilizações da sociedade e como alternativa ao trabalho realizado pela Cruzada ABC, devido às intensas críticas que vinha recebendo. Foi criado com características de um programa de alfabetização de massas, destinado a atender pessoas a partir dos 15 anos de idade.

O MOBRAL, funcionando como uma estrutura paralela e autônoma em relação ao Ministério da Educação, reproduz uma campanha em âmbito nacional, chamando a população a participar da alfabetização de adultos. E, mais uma vez, notamos a despreocupação com a formação docente.

Conclamando a população a fazer sua parte - “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”. O Mobral surge com força e muitos recursos. Recruta alfabetizadores sem muita exigência: repete-se, assim a despreocupação com o fazer e o saber docentes - qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar (Soares; Galvão, 2005, p. 270).

Semelhantemente ao que ocorreu nas campanhas anteriores, simultaneamente ao MOBRAL, iniciativas informais para a alfabetização de adultos surgiram através da sociedade civil; foram se desenvolvendo no interior das igrejas, associações e sindicatos. As experiências nesse caso buscavam uma alfabetização que resgatasse o sentido crítico e problematizador, o que foi deixado de lado pelo movimento imposto pelo governo militar, conforme afirma Soares (1996, p. 32): “restringindo o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e escrever”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de número 5692, de 11 de agosto de 1971, a LDB nº 5692/71, entre uma série de medidas, promoveu a

---

<sup>2</sup> Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), programa de caráter conservador nascido no Recife, ganhou caráter nacional tentando ocupar os espaços deixados pelos movimentos de cultura popular. A Cruzada servia de maneira assistencialista aos interesses do regime militar.

obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos, criando o Ensino de Primeiro Grau, assim como o Ensino de Segundo Grau, e dedica o capítulo IV a regulamentar o Ensino Supletivo, onde encontramos, no artigo 24: “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria”.

Seus fundamentos e características são explicitados através do Parecer do Conselho Federal de Educação, o Parecer 699, elaborado pelo Conselheiro Valnir Chagas, em que regulamenta essa modalidade de ensino. Considerando o parecer e a Lei de Diretrizes e Bases, o ensino supletivo busca constituir uma “nova linha de escolarização não-formal [sic], pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 116), o que, de acordo com Valnir Chagas, conseguiria modernizar o Ensino Regular.

O ensino supletivo previa cursos e exames semestrais aplicados pelas Secretarias Estaduais de Educação, além de cursos acelerados, presenciais e à distância, assim como a previsão de provas certificatórias, porém estas deveriam ser gradativamente substituídas pelos cursos. O ensino supletivo visava formar com baixo custo para o mercado de trabalho por meio de programas de acordo com a disponibilidade do aluno. Aos Conselhos Estaduais de Educação de cada estado coube regulamentar o ensino supletivo.

Em sua proposta inicial, o ensino supletivo colocava-se como um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. Na prática, tornou-se um marginal do sistema, sem verbas, sem apoio político, em boa parte a serviço dos interesses das empresas privadas de educação (Vieira, 2004, p. 41).

Atendendo ao Parecer 688, o MEC, em 1974, propôs a implantação de Centros de Estudos Supletivo como solução para essa modalidade de ensino, “de modo a atender, ao mesmo tempo, ao trinômio: tempo (rapidez de instalação) custo (aproveitamento de espaços ociosos) e efetividade (emprego de metodologias adequadas)” (Soares, 1996, p. 32). Esse sistema pretendia atender a pressão da sociedade para que a população adquirisse a escolaridade mínima.

Contudo, não se tratava de uma formação voltada aos interesses de uma classe social, e sim de uma escola que mantivesse a presente configuração do sistema governamental e que formasse mão de obra, esse era o novo modelo de escola e ensino proposto para a educação.

O MOBRAL foi extinto em 1985, com a chegada da Nova República e o fim do regime militar. Seu fim foi marcado pela criação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar, por denúncias de irregularidades e desvios de recursos financeiros. “Muitos adultos que se alfabetizaram através dele ‘desaprenderam’ a ler e escrever” (Soares; Galvão, 2005, p. 270).

## 2.4 TEMPOS DEMOCRÁTICOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar substituiu o extinto MOBRAL, que ficou marcado pela ideologia e práticas do regime autoritário, como modelo de educação domesticadora e de baixa qualidade. Contrário ao antigo modelo de proposta, a Fundação Educar era vinculada ao Ministério de Educação, assumia o papel de supervisionar e acompanhar, junto às instituições e secretarias, os recursos recebidos do governo federal para execução de seus programas. Subordinada ao MEC e à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, a Fundação Educar assume segundo novo papel:

A Educar assumiu a responsabilidade de articular, em conjunto, o subsistema de ensino supletivo, a política nacional de educação de jovens e adultos, cabendo-lhe fomentar o atendimento nas séries iniciais do ensino de 1º grau, promover a formação e o aperfeiçoamento dos educadores, produzir material didático, supervisionar e avaliar as atividades (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 120).

Em 1990, assim que Fernando Collor de Melo assume o governo, a Fundação Educar é extinta e nenhum projeto é apresentado em seu lugar. Neste momento, temos uma ausência do governo federal para a educação de adultos; em contrapartida, os municípios acabam se encarregando dessa função.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito a todos que não tiveram acesso em idade própria, ou seja, garante o direito à educação de jovens e adultos. Além disso, estabelece o prazo de dez anos para que governos e sociedade civil direcionem esforços para erradicar o analfabetismo e promovam a universalização do ensino fundamental e estabelece que 50% dos recursos destinados à educação sejam reservados a esta ação.

Mais tarde, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9394/96, reafirma o direito à Educação de Jovens e Adultos ao ensino básico adequado às suas especificidades e estabelece o dever do poder público de forma gratuita a partir de cursos ou exames supletivos. Estabelece a EJA como modalidade de ensino.

Com a LDB, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens de Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Strelhow, 2010, p. 55).

Na década de 1990 ocorreram algumas experiências voltadas à Educação de Jovens e Adultos ligadas à universidade, movimentos sociais e organizações não governamentais. Alguns programas passaram a ser idealizados a partir da Constituição de 1988 e da Nova LDB, como foi o caso do Movimento de Alfabetização (MOVA), o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Brasil Alfabetizado<sup>3</sup> (Santos, 2021).

Entre esses movimentos que surgiram, o MOVA procurava envolver o poder público e a sociedade civil. Aproximando-se do ideário da educação popular, tinha como princípio de atuação um olhar diferenciado entre os sujeitos alfabetizados e a elaboração de propostas curriculares a partir do contexto social dos indivíduos. Deste modo, segundo Soares e Galvão (2005, p. 272): “como gestor de uma política

---

<sup>3</sup> Esses programas se deram da seguinte maneira: o MOVA criado em 1990 pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo durante a gestão do educador pernambucano Paulo Freire; o PAS criado em 1997 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, assim como o PRONERA, em 1998; o Programa Brasil Alfabetizado criado em 2003 no Governo Lula.

pública de alfabetização e ao pressupor a associação entre educação e cultura como base dessa política, o vínculo Estado-sociedade”.

Em 1996, o PAS, proposto pelo Governo Federal como programa nacional de alfabetização de adultos, causou polêmica entre os estudiosos por reeditar práticas já superadas. Assim como ocorreu com o Mobral, o PAS se organizou paralelamente ao Ministério da Educação. O olhar sobre o educador de adultos, bem como o sobre o analfabeto, mantinha-se como nas décadas de 1940 e 1950.

Além de tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semi preparados [*sic*], reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha “Adote um analfabeto”, o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista. O não alfabetizado, mais uma vez não é visto como um sujeito de direito (Soares; Galvão, 2005, p. 272).

Criado para atender as populações situadas nas áreas de assentamentos, em 1998 surge o PRONERA, Programa vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, universidade e movimentos sociais. Jovens e Adultos teriam acesso a desde cursos de alfabetização, até cursos técnicos e superiores. Além dos estudantes, os educadores recebiam capacitação para atuar nos assentamentos.

Em 2003, o Governo Lula lançou o Programa Brasil Alfabetizado, visto como mais uma campanha com ênfase no trabalho voluntário por possuir características como a das campanhas anteriores. Como aponta Strelhow (2010, p. 56): “com ênfase no trabalho voluntariado, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas.”. Porém, em 2004, com as mudanças de ministros, o programa foi remodelado, retirando a meta de erradicação do analfabetismo em quatro anos.

Adentramos o século XXI com um número elevado de pessoas que não têm domínio sobre a leitura, a escrita e as operações básicas, com um grande quantitativo de crianças e adolescentes fora da escola, carregando o fracasso da falta de acesso ou o abandono escolar, produzindo uma constante demanda à educação de jovens e adultos.

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar a escola, mas por falta de uso da leitura e da escrita retornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela Constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neoanalfabetos, que mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (Soares; Galvão, 2005, p. 273).

Nesta tentativa de apresentar a história da educação de jovens e adultos brasileira ficam claras as diversas experiências no tocante à alfabetização de adultos e como elas se organizam. Desde movimentos, campanhas, projetos a programas que na maioria das vezes não tinham organização nem tempo para surtir efeito e que eram substituídos por outros projetos na tentativa de criar políticas públicas direcionadas a esta população. Além disso, quando o poder público deixava de lado o atendimento a esta modalidade, a organização da alfabetização ocorria de maneira informal, advinda da sociedade.

Todo esse processo é marcado pela improvisação, por professores selecionados pelo voluntariado. A análise desse processo histórico mostra que a alfabetização de adultos esteve atrelada ao atendimento dos interesses das classes dominantes, seja a alfabetização como instrumento para obra catequética ou civilidade dos povos, seja como instrumento para o voto e manutenção do poder político.

Contudo, percebe-se, contemporaneamente, a EJA fortalecida em relação a outros períodos históricos. Podemos reconhecer os avanços conquistados pela modalidade após a redemocratização, destacando a obrigatoriedade constitucional do ensino a todos os cidadãos, bem como a Educação de Jovens e Adultos ser entendida como direito e ter garantia de acesso a recursos financeiros destinados ao atendimento deste público.

### **3 O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS “PROFESSOR FRANCISCO BENEDETTI” NO ESTADO DO PARANÁ**

Com a intenção de adentrar o contexto escolar onde é realizada a pesquisa e trazer um olhar sobre os direcionamentos apresentados para a educação de jovens e adultos, trataremos nesta seção da modalidade de ensino no estado do Paraná e do histórico do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos “Professor Francisco Benedetti” – Ensino Fundamental e Médio, assim como o lócus escolar onde se encontram os docentes participantes do Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Professor Francisco Benedetti – Paraná. Nesta seção, iremos tratar ainda dos sujeitos da pesquisa, dos instrumentos de coleta de dados resultantes da investigação documental, bem como da análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário.

Sustentados por Bortolini (2021), Ferreira, Bortolini e Ribas (2020), revisitamos a educação de jovens e adultos no estado do Paraná, estabelecendo como marco temporal a década de 1960, e, para isso, fez-se necessário recorrer a períodos que o antecederam.

A Educação de Jovens e Adultos tem um histórico que se inicia timidamente a partir da década de 1960, com a autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE) para o funcionamento do primeiro curso ginasial noturno para maiores de dezesseis anos, em Londrina, posteriormente implementado em outros locais do Estado. Na década de 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), órgão do governo brasileiro, criado no contexto do Regime Militar para substituir o método de alfabetização de adultos preconizado por Paulo Freire, e o Projeto Minerva, programa de rádio elaborado pelo Governo Federal com a finalidade de educar pessoas adultas, foram as atividades educacionais desenvolvidas no Paraná. Outro programa destinado à demanda da EJA foi o Programa Educação Integrada, implementado também em 1971, com o objetivo de dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional, os Grupos Escolares Noturnos e os Cursos Profissionalizantes ofertados em escolas particulares (Ferreira; Bortolini; Ribas, 2020, p. 104).

Após o fim da Ditadura Civil Militar estabelecida no país, no Paraná, assim como em outros estados brasileiros, os programas vinculados ao período foram extintos e novas ações destinadas à erradicação do analfabetismo, implementadas.

Com a redemocratização do país, na década de 1980, o estado do Paraná criou os Centros de Estudos Supletivos, hoje denominados Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), e os Núcleos Avançados de Ensino Supletivo, descentralizando, desta maneira, o atendimento da EJA em diversas regiões do estado (Paraná, 2006):

A denominação atual de Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos advém da Resolução nº 4561/99 do Conselho Estadual de Educação. Antes os mesmos estabelecimentos foram denominados de Centro de Estudos Supletivos (CES) por meio da Resolução nº 035/80 do CEE (Cardoso, 2013, p. 2).

Outras formas de atendimento à educação de jovens e adultos foram criadas no Paraná, como os Postos Avançados dos CEEBJAS (PAC) e os Termos de Cooperação Técnica, que eram convênios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná com empresas públicas ou privadas que quisessem escolarizar seus funcionários; e o atendimento de projetos de escolarização de educandos em privação de liberdade nas unidades penitenciárias e socioeducativas, ações essas que permanecem nos dias de hoje (Bortolini, 2021; Paraná, 2006). Os atendimentos destinados à escolarização de adultos no Paraná, a partir desse momento, estão vinculados às garantias legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96.

A partir da década de 1990, diversos segmentos sociais passaram a se organizar com o objetivo de debater e propor políticas públicas para a educação de jovens e adultos em nível nacional e estadual; organizando-se em: Organizações Não Governamentais, Movimentos Sociais, Governos Municipais e Estaduais, Universidades e Organizações Empresariais (Sistema S). No Paraná, encontramos, em 2002, a organização do Fórum Paranaense de EJA, que propunha a articulação desses movimentos sociais em reuniões plenárias regionais e nos Encontros Paranaenses de EJA (EPEJAS) (Bortolini, 2021; Paraná, 2006).

Esses movimentos em nível nacional e estadual buscavam direcionar as políticas públicas para a modalidade de ensino em questão. A partir das discussões e determinações legais, o Conselho Nacional de Educação, em 10 de maio de 2000, publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e

Adultos. Visando um novo direcionamento em relação ao analfabeto, nesse documento, afirma-se: “Tais diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho” (Paraná, 2006).

Nesse movimento, a educação de jovens e adultos é incluída no Plano Nacional da Educação, aprovado em 2001 pelo Governo Federal. O Plano previa 26 metas para a educação de jovens e adultos; a primeira delas propunha atender à necessidade mais urgente do país: o combate ao analfabetismo. A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, de 1993 a 2003, financiou ações de alfabetização realizadas em parcerias com Organizações Não Governamentais, e, em 2004, criou o Programa Paraná Alfabetizado, articulado com a continuidade da escolarização ofertada pela rede.

Os cursos ofertados pela Rede Estadual de Ensino para jovens e adultos eram organizados até 2005 em formato de atendimento: presencial e semipresencial.

Os cursos presenciais por etapas, na Rede Pública Estadual, eram ofertados exclusivamente, no período noturno, na Fase II do Ensino Fundamental. No Nível Médio, eram divididos em quatro etapas, cada uma com duração de um semestre. Por sua vez, a matrícula era feita por etapa, como avaliação no processo. Os cursos semipresenciais eram ofertados, exclusivamente, pelos CEEBJA, no Ensino Fundamental fase I e fase II e do Ensino Médio, com matrícula por disciplina, organizados em momentos presenciais e não presenciais, sendo 30% da carga horária total do curso na forma presencial e 70% não-presencial [*sic*] (Paraná, 2006, p. 25).

A proposta curricular aludida foi cessada no início do ano de 2006, quando foi apresentada uma nova proposta curricular. Assim como no Brasil, a trajetória de organização do ensino para jovens e adultos da Rede Estadual de Educação passou por diversas tentativas de organização em sua oferta para a modalidade. Em 2006, o estado do Paraná apresentou as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos com características de construção coletiva e participação de toda a rede estadual em sua elaboração.

Naquele mesmo ano, chegou às escolas uma nova proposta curricular, que contemplava toda a carga horária (1200 h ou 1440 h) de modo presencial. A matrícula do aluno era realizada por disciplina e o estudante era orientado a cursar,

de forma coletiva ou individual, conforme oferta da escola e sua necessidade. A organização individual visava atender os alunos que não podiam frequentar diariamente as aulas, e a coletiva destinava-se aos que podiam frequentar com regularidade (Paraná, 2006; Bortolini, 2021).

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, desde 2020, temos uma nova Matriz Curricular da EJA no Paraná, com organização em formato semestral, que manteve a carga horária, mas excluiu os alunos que não podem frequentar as aulas diariamente. Na nova proposta, a aprovação do aluno foi atrelada à frequência e à nota.

Ao apresentar um modelo semestral, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio e uma organização engessada de disciplinas, a proposta determina o ritmo, o tempo e a organização da vida escolar do aluno, desconsiderando especificidades que lhes são próprias, oriundas do trabalho, da família, do estado emocional, da idade, etc. (Bortolini, 2021, p. 85).

Sem consulta ou participação das instituições de ensino que ofertam a modalidade e da comunidade escolar, essa nova oferta foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer CEE/BICAMERAL nº 231/19, em 7/11/19, a cumprir a partir do ano letivo de 2020. Desde então, a matriz vem passando por adequações de modo a atender o modelo do Novo Ensino Médio, a oferta no ensino regular, através da Base Nacional Comum Curricular.

Na tentativa de resgatar o histórico da escola, visitando os arquivos escolares, adentramos brevemente o contexto da sua criação, o lócus da pesquisa, o CEEBJA Professor Francisco Benedetti. Em documentos arquivados na escola, entre eles um denominado “Histórico da Escola”, elaborado em 12 de agosto de 1968, assinado pela diretora Dirce Néia Castanheira e pela secretária Iracema Pereira de Mello, encontramos diversas informações.

Entre elas, um panorama de decretos, resoluções e portarias que apresentam datas, nomenclatura da escola, entre outras informações. Esses documentos mostram que a escola foi construída para atender o Ensino Secundário no município, e compõe a criação dos Ginásios no Norte do Paraná<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A ampliação da leitura sobre a temática criação dos Ginásios escolares pode ser intensificada no texto que é resultado do programa de pesquisa desenvolvido no Grupo de Trabalho (GT) do Grupo de Estudos e Pesquisas Nacional “História, Sociedade e Educação no Brasil” HISTEDBR, na cidade

Nesse âmbito, em 1949, deu-se a criação do “Ginásio Estadual de Joaquim Távora”, pelo Decreto nº 9.141, publicado no Diário Oficial do Estado de nº 236, em 6 de dezembro de 1949. Dez anos após sua fundação, teve seu nome alterado para “Ginásio Estadual Professor Francisco Benedetti” pelo Decreto nº 24.580, de 21 de julho de 1959, e pelo Ato nº 21, de 6 de agosto de 1960, da Inspetoria Seccional de Londrina. Integrando o panorama histórico relacionado à data de criação desta escola, em 15 de fevereiro de 1950 deu-se início ao funcionamento do “Curso Ginasial”.

Esse material indica que a instituição se localizava em sede própria na Rua Frei Leonardo s/n, esquina com a Rua Munhoz da Rocha, o que demonstra que sua construção foi realizada para abrigar o Ginásio. Atualmente a Rua Frei Leonardo leva o nome de Dom Pedro II, de nº 80, no Bairro Vila Nova, endereço em que a escola atende a modalidade da EJA até os dias atuais.

Esses registros mencionam ainda que nesse mesmo prédio funcionava a “Escola Normal de Grau Colegial” e a “Escola de Aplicação no período Vespertino”. Apontam também a Professora Ivete Chiarello Merlin como diretora da “Escola Normal de Grau Colegial” e a Professora Joana Soares Ribas de Oliveira como diretora da “Escola de Aplicação”.

Na ocasião, o ginásio contava com 400 alunos matriculados, e o quadro de funcionários era integrado por: uma diretora, uma secretária e uma auxiliar, dois inspetores de alunos e três serventes; seu quadro de profissionais era composto por 22 professores.

Esboçado o histórico do início do funcionamento da escola, encontramos a primeira autorização para o atendimento aos jovens e adultos, na ocasião chamado de Ensino Supletivo. O Diário Oficial nº 416, de 30/10/1978, o Decreto nº 5.717 estabelece em seu artigo 3º:

O Ginásio Estadual Professor Francisco Benedetti, Escola de Aplicação Prudente de Moraes e Grupo Escolar Noturno Miguel Dias, passarão a constituir-se em um único estabelecimento sob a denominação de Escola Professor Francisco Benedetti - Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau.

As mudanças de nomenclatura vinculadas à oferta de ensino neste prédio escolar, sejam elas para ofertar o primeiro curso ginasial do município ou ainda para atender os jovens, adultos e idosos, foi intensa nesse prédio escolar, e é campo profícuo para pesquisa e podem ser aprofundadas a partir de indicações de leituras que compõe a seção a seguir.

#### 4 QUADRO DE REFERÊNCIAS PARA APROFUNDAMENTO TEÓRICO DOCENTE

Com a intenção de possibilitar ao professor do CEEBJA referências para um aprofundamento teórico que contribua para o desenvolvimento de seu trabalho na escola, elencamos alguns materiais de apoio no Quadro a seguir. O Quadro apresenta um breve resumo sobre o conteúdo, sua referência e o local onde o material está disponível.

<b>Título: Uma história da alfabetização de adultos no Brasil</b>	
O texto compõe o livro <b>Histórias e memórias da educação no Brasil</b> , organizado por Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos. Trata da história da alfabetização de jovens e adultos no século XX e das experiências ocorridas anteriormente a este período.	SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. <i>In</i> : STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil - Vol. III - Século XX</b> . Petrópolis: Vozes, 2005. 257 p.  <b>Disponível em:</b> Biblioteca UENP.
<b>Título: História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades</b>	
No texto analisa-se a incorporação da educação dos trabalhadores, jovens e adultos, ao sistema educacional brasileiro republicano.	XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. <b>Revista Brasileira de História da Educação</b> , v. 19, 2019.  <b>Disponível em</b> : <a href="https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/abstract/?lang=pt#">https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/abstract/?lang=pt#</a> .
<b>Título: Escolarização de jovens e adultos</b>	
Aborda alguns dos processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas no Brasil, conferindo especial atenção à educação escolar. Oferece uma visão do tema ao longo dos cinco séculos da história, posterior à chegada dos portugueses às terras brasileiras.	HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. <b>Revista brasileira de educação</b> , n. 14, p. 108-130, 2000.  <b>Disponível em:</b> <a href="https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&amp;lang=pt</a> .
<b>Título: Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil</b>	

<p>Analisa as ações políticas sobre a EJA, explicitando concepções referentes ao analfabetismo e à pessoa analfabeta, delimitando o tempo histórico a partir do Império até os nossos dias.</p>	<p>STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. <b>Revista HISTEDBR on-line</b>, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.</p> <p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689">https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689</a>.</p>
<p><b>Título: A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais</b></p>	
<p>O texto de 1996 traz uma reflexão sobre os direcionamentos dados à educação de jovens e adultos no período.</p>	<p>SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. <b>Revista Presença Pedagógica</b>, v. 2, n. 11, p. 27-35, 1996.</p> <p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560957/2/edu%20jovens%20adultos%20Web.pdf">https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560957/2/edu%20jovens%20adultos%20Web.pdf</a>.</p>
<p><b>Título: Estado da Arte sobre a Educação de Jovens e Adultos no Paraná: contribuições e implicações</b></p>	
<p>O artigo faz um mapeamento e análise das pesquisas acadêmicas, dissertações e teses, no período de 2013 a 2018, sobre a Educação de jovens e adultos no Paraná.</p>	<p>FERREIRA, Jacques L.; BORTOLINI, Rosane; RIBAS, Mariele S. Estado da Arte sobre a Educação de Jovens e Adultos no Paraná: contribuições e implicações. <b>Pensamento Educacional</b>, Curitiba, v. 15, n. 39, p. 101-118, jan./abr. 2020.</p> <p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2066/1976">https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/2066/1976</a>.</p>
<p><b>Título: Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971)</b></p>	
<p>Com o objetivo de aproximar a leitura do contexto da criação das escolas do Norte pioneiro, o texto analisa a criação dos grupos escolares do Norte Pioneiro do Paraná entre os anos de 1090 e 1971, partindo do ano de construção do primeiro edifício destinado a abrigar este tipo de escola, o Grupo Escolar Custódio Raposo, em Jacarezinho/PR.</p>	<p>RUCKSTADTER, Flávio Massami M. Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). <b>Revista HISTEDBR On-line</b>, Campinas, v. 18, n. 2, p. 401-419, 2018. DOI 10.20396/rho.v18i2.8652349.</p> <p><b>Disponível em:</b>  <a href="https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652349">https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652349</a>.</p>
<p><b>Título: A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961</b></p>	
<p>O texto é resultado de uma pesquisa que buscou levantar fontes e produzir um mapeamento da institucionalização da educação escolar no Norte Pioneiro do Paraná. Identificou em quais localidades e quando foram criados os ginásios no período de 1938 a 1961.</p>	<p>RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. <b>Rev. Diálogo Educ.</b>, Curitiba, v. 22, n. 73, p. 624-648, abr. 2022.</p> <p><b>Disponível em:</b>  <a href="http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2022000200624&amp;script=sci_abstract">http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2022000200624&amp;script=sci_abstract</a>.</p>

**Título: Formação de professores primários no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro**

O livro é resultado do estudo realizado a partir de um levantamento de fontes documentais que possibilitaram o mapeamento das cidades nas quais funcionaram Cursos e Escolas Normais, bem como Escola de Professores. O trabalho, além de oferecer importantes contribuições sobre a história da formação de professores, é fonte para pesquisadores.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Formação de professores primários no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro**. São Carlos: Pedro & João, 2020. 109 p.

**Disponível**

<https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/01/livro-escola-normalebook-1.pdf>.

**em:**

## 5 CONCLUSÃO

A formação continuada de professores, no âmbito das políticas educacionais, assume papel relevante, pois desponta como condição essencial para melhoria da qualidade da educação, especialmente das escolas públicas. No que tange à formação destinada ao educador de jovens e adultos, os resultados da pesquisa realizada mostram que os professores trabalham sem uma formação que atenda às especificidades da modalidade.

Nesse sentido, o produto educacional emergiu de nosso problema de pesquisa e com ele buscamos preencher a lacuna existente na formação continuada dos professores da EJA. Surgiu com a intenção de introduzir o professor que passa a lecionar aos jovens e adultos em nossa escola no universo da EJA, como também instrumentalizar o docente que já possui carreira na Educação de Jovens e Adultos. Compreendemos que através da aproximação com a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e do contato com o histórico do CEEBJA o professor tem mais subsídios para trabalhar com esta modalidade de ensino.

Este material introdutório resultou da pretensão de superar as dificuldades encontradas pelos professores da Educação de Jovens e Adultos. No decorrer da pesquisa, os resultados apontaram um esvaziamento teórico na formação continuada de professores. O caráter tarefeiro atribuído aos educadores, nos últimos anos, assim como as precárias condições de trabalho impostas, impossibilitam a reflexão do docente sobre sua prática e a busca de aporte para aprofundamento teórico fora da Rede de Educação.

Comprovou-se, durante a investigação, que os professores da educação de jovens e adultos não recebem da mantenedora uma formação que atenda a modalidade, assim como há ausência de formação, aos professores da EJA, sobre a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ofertada pela Secretaria de Estado da Educação.

Nesse direcionamento, o material disponibilizado visa contribuir e instrumentalizar os docentes que iniciam sua trajetória na modalidade e colaborar com o trabalho realizado pelos profissionais que possuem experiência na área, na escola onde foi realizada a pesquisa.

Desse modo, a seção dois deste Manual apresenta considerações sobre a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, iniciando com o período colonial até os dias atuais. O “Quadro de referências para aprofundamento teórico docente”, que engloba a seção quatro, oferece um material de apoio para a temática, com os seguintes trabalhos: “Histórias e memórias da educação no Brasil”, de Ana Maria de Oliveira e Leôncio Soares; “História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil –inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades”, de Cristiane Xavier; “Escolarização de jovens e adultos”, de Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro; “Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil”, de Thyeles Bocart; e “A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais”, de Leôncio José Gomes Soares.

Com o objetivo de adentrar o lócus escolar, a seção três apresenta o histórico da educação de jovens e adultos no Paraná, assim como a criação da escola. Nesse direcionamento, o “Quadro de referências para aprofundamento teórico docente” propõe o seguinte material: “Estado da Arte sobre a Educação de Jovens e Adultos no Paraná: contribuições e implicações”, de Jacques Lima Ferreira, Rosane Bortolini e Marciele Stiegler Ribas.

Com o intuito de disponibilizar ao docente um acervo teórico sobre o histórico das instituições escolares no norte do Paraná, foram listados os trabalhos: “Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971)”, do Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter; “A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961”, de Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e Flávio Massami Martins Ruckstadter; e “Formação de professores primários no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro”, de Vanessa Campos Mariano Ruckstadter.

Por fim, é importante ressaltar que o material aqui apresentado, embora tenha sido elaborado a partir de um contexto específico de uma pesquisa desenvolvida em uma escola da rede estadual de educação do Paraná, pode também auxiliar professores em outros contextos, tendo em vista que há discussões para além das questões regionais que podem contribuir para uma educação de jovens e adultos comprometida com a emancipação humana e com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

- BORTOLINI, Rosane. **Profissionalização docente na Educação de Jovens e Adultos**: desafios da formação e identidade profissional. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.
- CAMPANHA da Educação de Adultos. Relações com o público e o voluntariado, 1. 7, set./1948. Rio de Janeiro: Dep. Nacional de Educação.
- CAMPANHA da Educação de Adultos. Instruções aos professores do ensino supletivo, n. 4, fev./1952. 4. ed. Rio de Janeiro: Dep. Nacional de Educação.
- CAMPANHA da Educação de Adultos. Manual do professor voluntário, n. 13, 1960. Rio de Janeiro: Dep. Nacional de Educação.
- CARDOSO, Ana Lúcia Tomaz. **A Política Educacional para Jovens e Adultos no Paraná**: sejam eles livres ou privados de liberdade, 2013. Disponível em: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/\\_files/qbM3pOt2.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/qbM3pOt2.doc). Acesso em: 15 nov. 2023.
- FERREIRA, Jacques Lima; BORTOLINI, Rosane; RIBAS, Marciele Stiegler. Estado da Arte sobre a Educação de Jovens e Adultos no Paraná: contribuições e implicações. **Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 39, p. 101-118, jan./abr. 2020.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 108-130, 2000.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba, 2006.
- RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 401-419, 2018. DOI 10.20396/rho.v18i2.8652349.
- RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 22, n. 73, p. 624-648, abr. 2022.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Formação de professores primários no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro**. São Carlos: Pedro & João, 2020. 109 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, p. 27-35, 1996.

SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - v. III - Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005. 257 p.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.

VIEIRA, Maria Clarice. **Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Brasília: UnB/Cead, 2004. v. 1.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil-inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.